

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO	9
I – PRINCÍPIOS	41
1. Conceito e amplitude	41
2. Graduação dos princípios	43
II – PRINCÍPIOS REGENTES	45
1. Dignidade da pessoa humana	45
1.1 Aspectos do crime e a dignidade da pessoa humana	47
1.2 Aspectos do processo e a dignidade da pessoa humana	53
1.3 A dignidade da pessoa humana na jurisprudência	55
1.3.1 Exteriorização penal	55
1.3.1.1 Insignificância e crime militar	55
1.3.1.2 Tráfico de drogas e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	56
1.3.1.3 Execução provisória da pena	57
1.3.1.4 Sursis humanitário e prisão domiciliar	57
1.3.1.5 Inexistência de casa do albergado	57
1.3.1.6 Controle judiciário da execução penal	58
1.3.1.7 Insignificância no contexto tributário	58
1.3.1.8 Penas alternativas e cestas básicas	59
1.3.1.9 Finalidade da pena	59
1.3.1.10 Redução a condição análoga à de escravo	60
1.3.1.11 Trabalho externo e regime semiaberto	60
1.3.1.12 Visita íntima	60
1.3.1.13 Local adequado para abrigar inimputável	61
1.3.2 Exteriorização processual penal	61
1.3.2.1 Prisão domiciliar	61

1.3.2.2	Justa causa para a ação penal e recebimento da denúncia	62
1.3.2.3	Prisão cautelar e razoável duração do processo	62
1.3.2.4	Competência federal e redução à condição análoga a de escravo	63
1.3.2.5	Direito de presença em juízo	64
1.3.2.6	Avaliação da palavra da vítima	64
1.3.2.7	A soberania dos veredictos e a dignidade da vítima	64
1.3.2.8	Ilegitimidade da prova advinda da fase inquisitiva	65
1.3.2.9	Excepcionalidade da prisão cautelar	66
1.3.2.10	Provas ilícitas e direito à intimidade	66
1.3.2.11	Tráfico de drogas e liberdade provisória	68
1.3.2.12	Fixação da competência federal nos crimes contra a organização do trabalho	68
1.3.2.13	Termos usados na denúncia para designar o acusado ..	68
2.	Devido processo legal	69
2.1	Aspectos ligados ao crime	70
2.2	Aspectos ligados ao processo.....	71
2.3	A devida investigação penal	72
2.4	O devido processo legal na jurisprudência	76
2.4.1	Exteriorização penal	76
A)	Correlação com a intervenção mínima	76
B)	Correlação com a responsabilidade pessoal	77
2.3.2	Exteriorização processual penal	77
A)	Correlação com a ampla defesa.....	77
B)	Correlação com a duração razoável do processo	78
C)	Correlação com o contraditório	79
D)	Correlação com as provas ilícitas	79
E)	Correlação com a prevalência do interesse do réu.....	80
F)	Correlação com a presunção de inocência	80
G)	Correlação com o duplo grau de jurisdição	80
H)	<i>Habeas corpus</i> e avaliação de provas	81
I)	Videoconferência antes da Lei 11.900/2009	81
J)	Nulidade do processo e avaliação do prejuízo para o réu	82
K)	Julgamento antecipado da lide.....	82

L) Possibilidade de decretação da prisão cautelar.....	83
M) Observância dos prazos	83
N) Oferta de suspensão condicional do processo pelo Ministério Público	83
O) Perícia não pode ser substituída por testemunhas	84
P) Correlação com publicidade do processo, ampla defesa e contraditório em relação ao sigilo imposto por Provimento do TJSP	84
III – DIREITOS E GARANTIAS HUMANAS FUNDAMENTAIS.....	85
1. Direitos humanos fundamentais	85
2. Garantias humanas fundamentais	87
3. Superioridade dos direitos e garantias fundamentais e harmonia das normas constitucionais	88
IV – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E ENFOQUES PROCESSUAIS PENAIS.....	92
1. Princípios explícitos.....	92
1.1 Concernentes à atuação do Estado	92
1.1.1 Princípio da legalidade ou da reserva legal e princípios correlatos da estrita legalidade da prisão cautelar, da obrigatoriedade da ação penal e da oficialidade.....	92
1.1.1.1 Conceito e alcance	92
1.1.1.2 Legalidade formal e eficácia do princípio	94
1.1.1.3 Fontes do direito penal e do processo penal	96
A) Fontes materiais.....	96
B) Fontes formais	99
1.1.1.4 Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco	101
1.1.1.5 Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva	104
1.1.1.6 Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva... ..	107
1.1.1.7 Medidas de segurança: aspectos cautelares e executórios	107

1.1.1.8	A função do costume nos âmbitos penal e processual penal	108
1.1.1.9	Estrita legalidade da prisão cautelar	110
1.1.1.10	Obrigatoriedade da ação penal	111
1.1.1.11	Oficialidade.....	113
1.1.1.12	A legalidade na jurisprudência	114
A)	Aspectos penais	114
a.1)	Combinação de leis	114
a.2)	Contagem de tempo para livramento condicional e fuga	114
a.3)	Inviabilidade da analogia <i>in malam partem</i>	114
a.4)	Prescrição no contexto do crime militar	115
a.5)	Isenção da pena de multa.....	115
a.6)	Audiência admonitória e interrupção da prescrição	117
a.7)	Aplicação das agravantes e atenuantes dentro dos limites legais	117
a.8)	Insignificância e meio ambiente	118
a.9)	Falta grave e contagem de tempo para benefício na execução penal.....	118
a.10)	Norma penal em branco	120
a.10.1)	Estatuto do Desarmamento.....	120
a.10.2)	Violação de direito autoral	120
a.11)	Correlação com individualização da pena .	120
a.12)	Concessão de benefício de execução penal não previsto em lei.....	120
a.13)	Aplicação de cesta básica	121
a.14)	Inviabilidade de aplicação de pena restritiva de direitos na suspensão condicional do processo	121
a.15)	Limitação ao uso de analogia, mesmo <i>in bonam partem</i>	121
a.16)	Condenação em multa sem previsão legal .	122
a.17)	Inserção no regime aberto ou prisão domiciliar por carência do aparelho estatal.....	122
a.18)	Falta grave e componentes de celular	123
a.19)	Não compreensão da arma de fogo e ausência de prova da materialidade	123

a.20) Indulto e estritos termos do decreto	123
a.21) Inadequação de pena restritiva de direito para cumprimento de regime aberto.....	123
B) Aspectos processuais penais	123
b.1) Obrigatoriedade da ação penal	123
b.1.1) Possibilidade de exclusão de suspeito no oferecimento da de- núncia	123
b.1.2) Inviabilidade do arquivamento implícito e possibilidade de adi- tamento a qualquer tempo	124
b.1.3) Controle limitado do arquivamento pelo Judiciário	124
b.1.4) Termo de ajustamento de con- duta	125
b.1.5) Suspensão condicional do pro- cesso e titularidade do Ministério Público	125
b.1.6) Insuficiência de provas para a denúncia	125
b.1.7) Suficiência de provas para a de- núncia.....	126
b.1.8) Crime plurissubjetivo, coautoria e ação penal.....	126
b.1.9) Limitação ao uso do art. 384 do CPP.....	127
b.1.10) Aditamento da denúncia a qual- quer tempo antes da sentença	127
b.1.11) Prazo para a formação da culpa em caso de réu preso e pronúncia	127
b.2) Oficialidade	127
b.2.1) Correlação com obrigatoriedade	127
b.2.2) Realização de perícia.....	128
b.2.3) Oferecimento da denúncia e invia- bilidade de retratação da vítima...	128
b.3) Criação de Varas Especializadas pelo Judi- ciário	128
b.4) Lei Maria da Penha	129

b.4.1)	Limitação à aplicação das restrições a crimes diversos	129
b.4.2)	Respeito à isonomia	129
b.4.3)	Aplicação da Lei 9.099/95 para contravenção penal	130
b.4.4)	Renúncia à representação e denúncia por maus tratos	130
b.5)	Júri	131
b.5.1)	Qualificadoras do homicídio não podem ser usadas como agravantes	131
b.6)	Condições para a liberdade provisória	131
b.7)	Reflexo no sistema acusatório	131
b.8)	Suspensão condicional do processo e penas restritivas de direitos	131
1.1.2	Princípio da anterioridade da lei penal	132
1.1.2.1	Conceito e aplicação prática	132
1.1.2.2	Correlação com a retroatividade da lei penal benéfica	132
1.1.2.3	A anterioridade na jurisprudência	133
A)	Estrita aplicação	133
a.1)	Inviabilidade da combinação de leis	133
1.1.3	Princípio da retroatividade da lei penal benéfica	133
1.1.3.1	Conceito e relevância	133
1.1.3.2	Extratividade da lei penal benéfica	134
1.1.3.2.1	Ultratividade da lei	137
1.1.3.2.2	Retroatividade da lei	137
1.1.3.2.3	Lei penal intermediária	138
1.1.3.3	Lei penal abolicionista e o princípio da continuidade normativa típica	138
1.1.3.4	Aspectos polêmicos da retroatividade benéfica	139
1.1.3.4.1	Interpretação benéfica de lei penal	139
1.1.3.4.2	Lei penal corretiva ou interpretativa	140
1.1.3.4.3	Lei penal publicada com erro	142
1.1.3.4.3.1	Complemento de norma em branco publicado com erro	142
1.1.3.4.4	Lei penal em <i>vacatio legis</i>	143

1.1.3.4.5	Lei penal inconstitucional.....	145
1.1.3.4.6	Combinação de leis penais	146
1.1.3.4.6.1	Combinação de interpretação favorável e lei penal	147
1.1.3.4.7	Crime permanente e crime continuado	148
1.1.3.5	Competência para aplicação.....	149
1.1.3.6	Leis processuais penais materiais	150
1.1.3.7	Lei penal excepcional ou temporária.....	152
1.1.3.8	A retroatividade da lei penal benéfica na jurisprudência. 153	
A)	Retroatividade benéfica na aplicação da pena	153
a.1)	Continuidade delitiva.....	153
a.2)	Eliminação de majorante.....	154
a.3)	Novo tipo penal.....	154
B)	Combinação de leis.....	154
b.1)	Aceitação.....	154
b.2)	Não aceitação	156
b.3)	Inviabilidade de análise pela via do <i>habeas corpus</i>	157
C)	Retroatividade benéfica do complemento de norma em branco	158
c.1)	Possibilidade	158
D)	Irretroatividade prejudicial.....	158
d.1)	Indulto e crime hediondo	158
d.2)	Novos prazos de progressão e crime hediondo.....	158
d.3)	Nova regra extintiva de parte da prescrição retroativa	159
E)	Norma processual penal material benéfica.....	159
e.1)	Retroatividade	159
e.2)	Irretroatividade	160
F)	Extratividade fora do período data do fato/término do interesse punitivo estatal.....	160
f.1)	Inadmissibilidade.....	160
G)	Ultratividade benéfica.....	160
H)	Retroatividade da remição benéfica.....	161
1.1.4	Princípio da humanidade.....	161

1.1.4.1	A concretude do princípio da humanidade	163
1.1.4.2	A humanidade na jurisprudência	166
1.1.4.2.1	Progressão de regime	166
1.1.4.2.2	Possibilidade de cumprimento da pena privativa de liberdade em presídio federal .	167
1.1.4.2.3	Viabilidade da prisão domiciliar	167
1.2	Concernentes ao indivíduo	168
1.2.1	Princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal e princípio consequencial da intranscendência	168
1.2.1.1	Conceito e amplitude	168
1.2.1.2	A medida penal do princípio	169
1.2.1.3	A medida extrapenal do princípio	171
1.2.1.4	Correlação entre responsabilidade pessoal e culpabi- lidade	173
1.2.1.5	Correção entre responsabilidade pessoal e intranscen- dência.....	173
1.2.1.6	A responsabilidade pessoal na jurisprudência	174
A)	Exigência	174
a.1)	Denúncia genérica.....	174
a.2)	Correlação com culpabilidade	174
B)	Não configuração.....	174
b.1)	Possibilidade de confisco.....	174
1.2.2	Princípio da individualização da pena e princípio correlato da individualização das medidas cautelares processuais penais.....	175
1.2.2.1	Conceito e importância	175
1.2.2.2	A concretização da pena: <i>quantum</i> , regime e benefícios .	177
1.2.2.3	A motivação da aplicação da pena	178
1.2.2.4	Individualização das medidas cautelares processuais penais.....	180
1.2.2.5	A individualização executória	181
1.2.2.6	A detração e o regime inicial de cumprimento da pena	183
1.2.2.7	A individualização da pena na jurisprudência	183
A)	Fundamentação	183
a.1)	A motivação permite o estabelecimento da pena acima do mínimo legal	183
a.2)	A motivação inexistente ou insuficiente não permite a elevação da pena	184

a.3)	A análise dos benefícios penais integra o processo de individualização da pena	184
a.4)	O regime de cumprimento da pena é parte integrante da individualização	184
a.5)	Relevância da dosimetria da pena	184
a.6)	Viabilidade, em tese, de aplicação da pena máxima	185
B)	Não ofensa ao princípio da individualização da pena	186
b.1)	A perda dos dias remidos	136
b.2)	A agravante da reincidência	186
C)	Contexto processual	186
c.1)	Nulidade parcial da sentença quando não motivada a individualização	186
D)	Individualização executória	186
d.1)	Exame criminológico	186
E)	Regime inicial semiaberto e inclusão do réu no fechado por falta de vaga	187
F)	Deferimento da progressão do fechado ao semiaberto e falta de vaga	187
G)	Concessão de indulto e rigoroso cumprimento dos termos do decreto	188
H)	Cálculo das causas de aumento do roubo: qualidade e não quantidade	189
I)	Individualização de corréus	189
J)	Importância do critério trifásico	189
2.	Princípios implícitos	189
2.1	Concernentes à atuação do Estado	189
2.1.1	Princípio da intervenção mínima – princípios paralelos e corolários: subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade	189
2.1.1.1	Princípio da insignificância	193
2.1.1.2	A insignificância na jurisprudência	198
A)	Aplicabilidade	198
a.1)	Intervenção mínima e fragmentariedade ...	198
a.2)	Diminuto valor do bem e comportamento do agente	200
a.3)	Foco exclusivo no diminuto valor do bem.	201

a.4)	Política criminal	203
a.5)	Visão global da lesão provocada pelo agente	204
a.6)	Justiça criminal militar	204
a.7)	Indiferença à reiteração de fatos	205
a.8)	Existência de diferença entre valor insignificante e pequeno valor	205
a.9)	Posição destoante em relação ao comportamento do agente	205
B)	Inaplicabilidade	206
b.1)	Comportamento do agente	206
b.2)	Confronto com a sanção penal cominada ..	207
b.3)	Foco concentrado no valor do bem lesado ..	207
b.4)	Avaliação das condições da vítima	207
b.5)	Visão global da lesão provocada e interesse tutelado	208
b.6)	Ônus da prova da defesa quanto ao valor do bem	208
b.7)	Tráfico ilícito de drogas	208
2.1.1.3	Princípio da adequação social	208
2.1.1.4	A adequação social na jurisprudência criminal	209
A)	Admissibilidade	209
a.1)	Intervenção mínima	209
B)	Inadmissibilidade	210
b.1)	Conduta não considerada socialmente adequada	210
2.1.1.4	A tipificação do perigo abstrato	210
2.1.2	Princípio da taxatividade	213
2.1.2.1	Conceito e importância	213
2.1.2.2	Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais	213
2.1.2.3	Análise dos tipos abertos	214
2.1.2.3.1	Os elementos necessários	214
A)	Termos de interpretação valorativo-cultural	215
B)	Termos de interpretação valorativo-jurídica	215

C)	Elemento subjetivo específico.....	216
D)	Elemento subjetivo específico implícito.....	217
2.1.2.3.2	Os excessos ofensivos à taxatividade.....	218
A)	Termos abertos em excesso.....	218
B)	Termos de encerramento abertos em excesso.....	220
C)	Tipos integralmente abertos.....	221
D)	Condutas excessivamente abertas.....	222
2.1.2.4	As falhas de construções dos tipos penais.....	223
2.1.2.4.1	Tautologia.....	223
2.1.2.4.2	Omissão descritiva.....	223
2.1.2.4.3	Excesso descritivo.....	224
2.1.2.4.4	Estrutura fechada em tipo aberto.....	224
2.1.2.4.5	Estrutura aberta em tipo fechado.....	225
2.1.2.4.6	Estrutura fechada excessivamente limitante.....	226
2.1.2.4.7	Inserção de elemento subjetivo genérico.....	227
2.1.2.4.8	Inserção de elemento subjetivo específico limitador.....	228
2.1.2.4.9	Título inadequado.....	228
2.1.2.4.10	Título implícito.....	229
2.1.2.5	Normas penais explicativas.....	229
2.1.2.6	Tipos remissivos.....	231
2.1.2.7	Política criminal.....	231
2.1.2.8	A taxatividade na jurisprudência.....	233
A)	Aceitação do tipo remissivo.....	233
a.1)	Uso de documento falso.....	233
B)	Crítica à imprecisão legislativa.....	233
b.1)	Inadequação da expressão <i>não se dedique às atividades criminosas</i> do art. 33, § 4.º, da Lei 11.343/2006. Aplicação do benefício da redução da pena.....	233
C)	Utilização em execução penal.....	233
c.1)	Revogação inadequada de livramento condicional.....	233
D)	Elemento normativo do tipo.....	234

d.1) Aceitação da expressão <i>organização criminosa</i>	234
2.1.3 Princípio da proporcionalidade	234
2.1.3.1 Conceito e dimensão	234
2.1.3.2 Alterações legislativas e desproporcionalidade.....	235
2.1.3.3 A proporcionalidade na jurisprudência	238
A) Aplicação da pena	238
a.1) Suficiência para atender aos fins da pena ...	238
a.2) Avaliação das causas de aumento do roubo	239
a.3) Avaliação da qualificadora de <i>concurso de pessoas no furto</i>	239
a.4) Possibilidade de regime fechado inicial para delitos hediondos	239
a.5) Valor proporcional às agravantes e atenuantes	241
a.6) Utilização de pena de crime correlato – art. 273, § 1º-B, VI, e tráfico de drogas	241
a.7) Aplicação da pena prevista para a receptação qualificada.....	242
a.8) Quantidade de penas restritivas de direitos em substituição à privativa de liberdade	243
a.9) Correlação entre pena privativa de liberdade e restritiva de direitos nos crimes de trânsito	243
a.10) Princípio da proibição da proteção deficiente.....	243
B) Pena pecuniária	243
b.1) Inadmissibilidade de pena de multa invariável	243
C) Correlação com o princípio da individualização da pena	244
c.1) Pena-base	244
D) Execução da pena	245
d.1) Execução provisória	245
E) Prisão cautelar	245
e.1) Liberdade como regra	245
? 1.4 Princípio da vedação da dupla punição pelo mesmo fato	245

2.1.4.1	Conceito e aplicação prática.....	245
2.1.4.2	Correlação com a individualização da pena.....	246
2.1.4.3	Inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal	246
2.1.4.4	A constitucionalidade da aplicação da reincidência	247
2.1.4.5	Absorção do perigo pelo dano	247
2.1.4.6	A dupla punição na jurisprudência	248
	A) Extradicação	248
	a.1) Verificação do <i>ne bis in idem</i>	248
	B) Reincidência	248
	b.1) Impedimento da diminuição da pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei 11.343/2006 ..	248
	b.2) Inadmissibilidade de coincidência com antecedente criminal	248
	b.3) Admissibilidade sem coincidência com antecedente criminal	249
	C) Consideração do mesmo fato para diferentes fases da aplicação da pena	249
	c.1) No cenário do tráfico de drogas	249
	c.2) Inviabilidade na configuração da violência doméstica	250
	D) Regime de cumprimento da pena.....	250
	d.1) Inviabilidade de cumulação com regime aberto	250
	E) Conflito aparente de normas.....	250
	e.1) Aplicação da especialidade	250
	F) Circunstâncias elementares e secundárias	250
	f.1) Tipo autônomo e causa de aumento de pena.....	250
2.2	Concernente ao indivíduo.....	251
2.2.1	Princípio da culpabilidade	251
2.2.1.1	Conceito e relevância	251
2.2.1.2	Dolo e culpa: uma nova abordagem.....	252
2.2.1.3	Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa.....	256
2.2.1.4	Culpabilidade no processo penal.....	260

2.2.1.5	A responsabilidade penal objetiva na jurisprudência ..	261
A)	Inadmissibilidade	261
a.1)	Denúncia genérica e inepta.....	261
a.2)	Defesa do consumidor e prestação de informações	262
a.3)	Indispensabilidade do elemento subjetivo específico na apropriação indébita previdenciária.....	262
a.4)	Inversão do ônus da prova quanto ao elemento subjetivo do crime	262
a.5)	Dolo eventual, culpa consciente e tentativa no cenário do <i>racha</i>	263
B)	Não configuração.....	263
b.1)	Inexigibilidade de exame de provas aprofundado no recebimento da denúncia	263

V – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS PENAIS E ENFOQUES PENAIS

1.	Princípios explícitos.....	264
1.1	Concernentes ao indivíduo	264
1.1.1	Princípio da presunção de inocência.....	264
1.1.1.1	Conceito e extensão	264
1.1.1.2	Ônus da prova	265
1.1.1.3	Excepcionalidade das medidas restritivas à liberdade e à intimidade.....	267
1.1.1.3.1	A denúncia anônima.....	268
1.1.1.3.2	A prisão preventiva como fundamento cautelar único.....	268
1.1.1.3.3	O <i>habeas corpus</i> e a dúvida quanto à necessidade da prisão cautelar.....	270
1.1.1.4	Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu e da imunidade à autoacusação	271
1.1.1.4.1	Prevalência do interesse do réu.....	271
1.1.1.4.2	Imunidade à autoacusação e direito ao silêncio.....	271
1.1.1.4.3	Presunção de culpa no Direito Penal	274
1.1.1.4.4	Inaplicabilidade após o trânsito em julgado	276

1.1.1.4.5	Prescrição antecipada ou virtual	277
1.1.1.4.6	A presunção de inocência na jurisprudência	279
1.1.1.4.6.1	Exteriorização penal	279
A)	Aplicação da pena	279
a.1)	Antecedentes	279
a.2)	Impossibilidade de presunção de culpa indireta	280
a.3)	Consideração como conduta social	280
B)	Cumprimento antecipado da pena	281
C)	Progressão de regime	281
1.1.1.4.6.2	Exteriorização processual penal	282
A)	Prisão cautelar	282
a.1)	Excepcionalidade	282
a.2)	Inafiançabilidade e liberdade provisória	283
a.3)	Duração razoável do processo	283
a.4)	Gravidade do crime não é justificativa	283
a.5)	Credibilidade das instituições não é justificativa	284
a.6)	Possibilidade de recorrer preso provisoriamente	284
B)	Direito ao silêncio	285
b.1)	Vedação à autoacusação	285
b.2)	Inexistência de advertência como nulidade relativa	285
b.3)	Inviabilidade para decretação da prisão preventiva	285
b.4)	Existência implícita no sistema processual penal	285
C)	Correlação com a prevalência do interesse do réu	286
D)	Revisão criminal	287
d.1)	Não prevalência do estado de inocência	287
F)	Arresto	287
f.1)	Viabilidade de restrição cautelar à propriedade	287
G)	Sursis processual e novo processo	288
g.1)	Admissibilidade de revogação	288

H) Prescrição antecipada	288
h.1) Configuração da falta de interesse de agir ..	288
I) Uso de algemas	288
i.1) Lesão à presunção de inocência	288
J) Execução penal	289
j.1) Regressão em face de falta grave	289
K) Ônus da prova e redutor da Lei de Drogas	289
1.1.2 Princípio da ampla defesa	289
1.1.2.1 Conceito e vastidão	289
1.1.2.2 Autodefesa e defesa técnica	290
1.1.2.3 Correlação com o estado de inocência	291
1.1.2.4 Correlação com a duração razoável do processo e im- punidade	291
1.1.2.5 Especificidades no processo penal	292
1.1.2.6 A ampla defesa na jurisprudência	294
A) Atuação do defensor	294
a.1) Ausência de intimação do defensor consti- tuído para o interrogatório	294
a.2) Ausência do réu e presença do defensor em audiência	294
a.3) Autodefesa técnica	294
a.4) Cerceamento de defesa e pedido de dili- gências	295
a.5) Falecimento do defensor	295
a.6) Obrigatoriedade de intimação pessoal do defensor dativo	295
a.7) Obrigatoriedade de intimação para susten- tação oral	296
a.8) Adiamento de audiência sem nomeação de dativo	297
a.9) Ausência de réu e defensor em audiência de instrução	297
a.10) Renúncia e dever de garantir outro defensor ao réu	297
a.11) Inércia do defensor constituído para inter- por recurso	298

a.12) Indispensabilidade de intimação do réu acerca da desídia de seu defensor.....	298
a.13) Indispensabilidade de intimação do réu e seu defensor em relação à sentença condenatória.....	298
B) Conteúdo da acusação.....	299
b.1) Descrição específica dos fatos.....	299
b.2) Defesa em relação a fatos e não à classificação.....	300
C) Peças processuais.....	300
c.1) Obrigatoriedade de razões e contrarrazões	300
c.2) <i>Habeas corpus</i> : inicial e trâmite.....	301
c.3) Defesa preliminar do art. 514 do CPP.....	301
c.4) Obrigatoriedade de alegações finais.....	302
c.5) Possibilidade de rol de testemunhas intempestivo.....	302
c.6) Obrigatoriedade de apreciação das teses defensivas.....	303
D) Medidas cautelares de restrição à propriedade.....	303
d.1) Sequestro.....	303
E) Comunicações de atos por edital.....	303
e.1) Esgotamento dos meios de localização para a citação.....	303
e.2) Edital contendo erros.....	304
F) Revogação de benefícios penais.....	304
f.1) Pena restritiva de direitos.....	304
f.2) Suspensão condicional do processo.....	305
G) Avaliação de provas.....	305
g.1) Provas colhidas no inquérito não servem para condenação.....	305
H) Apelação e fuga do réu.....	306
h.1) Inadmissibilidade para gerar deserção.....	306
I) Execução penal.....	306
i.1) Transferência e regressão.....	306
i.2) Falta grave.....	307
J) Confronto com o crime de falsa identidade.....	307

K)	Confronto com o Provimento 32/2000 do TJSP, que impõe sigilo aos nomes de vítimas e testemunhas.....	307
1.1.3	Princípio da plenitude de defesa	308
1.1.3.1	Conceito e interesse prático	308
1.1.3.2	Especificidades no processo penal.....	308
1.1.3.3	Restrição à autodefesa técnica	310
1.1.3.4	A plenitude de defesa na jurisprudência.....	310
A)	Atuação do defensor	310
a.1)	Importância da presença em todas as fases do processo.....	310
a.2)	Deficiência	311
B)	Autodefesa e defesa técnica.....	311
b.1)	Observância na quesitação	311
b.2)	Alegações finais	311
C)	Superioridade em relação à ampla defesa	312
D)	Tréplica no júri.....	312
d.1)	Admissibilidade de inovação de tese.....	312
E)	Não divulgação do resultado total da votação	313
e.1)	Possibilidade	313
F)	Quesito de interesse defensivo não levantado pelas partes em plenário	313
G)	Intimação de corréu e seu defensor para o interrogatório de outro acusado	313
1.2	Concernente à relação processual	313
1.2.1	Princípio do contraditório	313
1.2.1.1	Conceito e limites	313
1.2.1.2	Contraditório de fatos	315
1.2.1.3	Contraditório de direito	315
1.2.1.4	Contraditório de provas	316
1.2.1.5	Contraditório de alegações e requerimentos	316
1.2.1.6	A não prevalência do contraditório	316
1.2.1.7	O contraditório na jurisprudência.....	317
A)	Provas	317
a.1)	Prova nova introduzida em contrarrazões ..	317
a.2)	Conversão do julgamento em diligência e testemunhas do juízo	317

a.3)	Prova emprestada	318
a.4)	Confissão extrajudicial.....	318
a.5)	Apresentação de documentos.....	318
a.6)	Reconhecimento feito na polícia	319
B)	Investigação policial	319
b.1)	Ausência de contraditório	319
b.2)	Inadmissibilidade para a condenação	320
C)	Nulidades	320
c.1)	Verificação de prejuízo	320
c.2)	Citação por edital	321
c.3)	Ratificação em juízo de depoimentos pres- tados na polícia.....	321
D)	Análise dos argumentos das partes.....	321
d.1)	Necessidade.....	321
E)	Recebimento da denúncia.....	321
e.1)	Ausência de inépcia.....	321
e.2)	Ausência de defesa preliminar prevista no art. 514 do CPP.....	322
e.3)	Requisitos da peça acusatória	323
F)	Advogado.....	323
f.1)	Falecimento.....	323
f.2)	Direito de escolha do réu	324
f.3)	Sem nomeação nem constituição pelo acu- sado	324
G)	Recursos	324
g.1)	Ausência de contrarrazões.....	324
g.2)	Inviabilidade de conhecimento de matéria não articulada.....	324
g.3)	Limites ao efeito devolutivo.....	325
H)	Direito de audiência.....	325
h.1)	Indispensabilidade	325
I)	Execução penal.....	325
i.1)	Indispensabilidade da defesa do condenado	325
i.2)	Conversão de pena restritiva de direito.....	327
i.3)	Oitiva prévia do Ministério Público.....	327
i.4)	Revogação de livramento condicional	328

J) <i>Habeas corpus</i>	328
j.1) Necessidade de defensor.....	328
K) Medidas cautelares.....	328
k.1) Inadmissibilidade do sequestro genérico ...	328
L) Indenização civil.....	329
l.1) Indispensabilidade de pedido da vítima.....	329
M) Absolvição sumária do art. 397 do CPP.....	329
m.1) Cerceamento da acusação.....	329
N) Revisão criminal	329
n.1) Necessidade de justificação	329
O) Necessidade de intimação	330
o.1) Do defensor em relação à sessão de julgamento para viabilizar a sustentação oral	330
o.2) Do réu, como litisconsorte passivo, em mandado de segurança impetrado pelo MP.....	330
1.3 Concernentes à atuação do Estado	330
1.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes	330
1.3.1.1 Conceito e abrangência	330
1.3.1.2 Juiz natural e júízo ou tribunal de exceção	331
1.3.1.3 Juiz imparcial	332
1.3.1.4 Iniciativa do juiz.....	333
1.3.1.5 Imparcialidade e motivação das decisões.....	334
1.3.1.6 Modificações de competência	335
1.3.1.7 Instrumentos casuísticos.....	336
1.3.1.8 O juiz natural e imparcial na jurisprudência	337
A) Juiz Natural.....	337
a.1) Convocação de magistrados de primeiro grau para atuar em segunda instância.....	337
a.2) Afastamento de qualificadoras na pronúncia.....	338
a.3) Redistribuição de processos em virtude da criação de nova Vara	338
a.4) Especialização de Vara.....	338
a.5) Designação de juiz.....	339

a.6)	Desaforamento	339
a.7)	Conexão e foro por prerrogativa de função	339
a.8)	Competência territorial relativa	339
B)	Juiz imparcial	340
b.1)	Impedimento do magistrado	340
b.2)	Independência diante da imprensa e da opinião pública.....	340
b.3)	Controle dos termos da pronúncia	341
b.4)	Atuação do juiz no inquérito fiscalizando a obrigatoriedade da ação penal.....	341
b.5)	Rol exemplificativo do art. 254 do CPP	341
b.6)	Indeferimento de benefício não é causa de suspeição.....	342
b.7)	Aplicação da pena e fundamentação	342
b.8)	Atuação do magistrado nas esferas admi- nistrativa e judicial, natureza do art. 252 do CPP	342
b.9)	Em confronto com a estrita observância da legalidade	343
b.10)	Em confronto com a utilização do art. 384 do CPP	343
b.11)	Atuação do juiz decretando medidas con- trárias aos interesses do acusado.....	343
1.3.2	Princípio da publicidade.....	344
1.3.2.1	Conceito e mérito.....	344
1.3.2.2	Intimidade e informação	345
1.3.2.3	Segredo de justiça e suas implicações.....	348
1.3.2.4	A publicidade na jurisprudência	348
A)	Publicidade específica.....	348
a.1)	Investigação policial	348
a.2)	Sessão de julgamento.....	349
a.3)	Processo	349
B)	Recursos	349
b.1)	Declaração de voto vencido	349
C)	Confronto com o sigilo	350
c1)	Cautela na decretação do segredo de justiça	350

D) Divulgação do nome do réu	350
d.1) Possibilidade	350
E) Intimação pelo Diário Oficial	351
e21) Do defensor constituído	351
1.3.3 Princípio da vedação das provas ilícitas	351
1.3.3.1 Conceito e fundamento	351
1.3.3.2 Provas obtidas ilicitamente e a prevalência do interesse do réu	352
1.3.3.3 Disciplina legal	353
1.3.3.4 As provas ilegítimas e as nulidades	354
1.3.3.5 A teoria da proporcionalidade na aceitação da prova ilícita	355
1.3.3.6 A prova ilícita por derivação	356
1.3.3.7 Incidente de ilicitude da prova	356
1.3.3.8 A prova ilícita na jurisprudência	357
A) Prova ilícita por derivação	357
a.1) Inadmissibilidade no processo	357
B) Demonstração da ilicitude da prova	359
b.1) <i>Habeas corpus</i>	359
b.2) Prisão em flagrante	359
C) Utilização de prova ilícita na sentença	359
c.1) Inviabilidade	359
D) Confronto com o direito à intimidade	359
d.1) Filmagem em lugar público	359
d.2) Gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores	359
E) Prova produzida por particular	360
e.1) Não caracterização como ilícita	360
F) Interceptação telefônica	360
f.1) Determinada por autoridade incompetente	360
f.2) Realizada antes da autorização judicial	360
f.3) Realizada em investigações preliminares, antes do inquérito	361
f.4) Tempo e método das escutas telefônicas	361
G) Reconhecimento do acusado	361
g.1) Por fotografia	361

1.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar.....	362
1.3.4.1	Conceito e relevância.....	362
1.3.4.2	Princípio da duração razoável do processo.....	363
1.3.4.3	Princípio da duração razoável da prisão cautelar.....	365
1.3.4.3.1	O critério da proporcionalidade.....	365
1.3.4.4	A economia processual na jurisprudência.....	366
A)	Duração razoável da prisão cautelar.....	366
a.1)	Duração excessiva do tempo de prisão.....	366
a.2)	Duração razoável da prisão em virtude de complexidade do feito.....	371
a.3)	Duração excessiva da prisão por conta do aparelho judiciário.....	374
a.4)	Duração razoável da prisão em virtude de degravação.....	377
a.5)	Duração excessiva da prisão em face de transferência de preso para outra Comarca.....	378
a.6)	Duração excessiva da prisão em razão da proporcionalidade.....	378
a.7)	Duração excessiva da prisão durante investigação policial.....	379
a.8)	Duração razoável da prisão após a pronúncia.....	379
a.9)	Duração razoável da prisão em análise concreta da realização dos atos processuais.....	380
a.10)	Correlação com a duração razoável do processo.....	382
a.11)	Análise a ser feita somente no caso concreto.....	382
a.12)	Correlação com prisão decretada em outro processo.....	382
B)	Duração razoável do processo.....	383
b.1)	Julgamento de <i>habeas corpus</i>	383
b.2)	Análise das nulidades.....	383
b.3)	Julgamento de revisão criminal.....	383
b.4)	Julgamento de recurso.....	384
b.5)	Cumprimento de pena restritiva de direito.....	384

1.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri.....	384
1.3.5.1	Tribunal do Júri como direito e garantia humana fundamental	384
1.3.5.2	Princípio do sigilo das votações.....	385
1.3.5.3	Princípio da soberania dos veredictos	387
1.3.5.4	Princípio da preservação da competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.	388
1.3.5.5	O sigilo das votações na jurisprudência.....	389
	A) Motivação das decisões.....	389
	a.1) Desnecessidade	389
1.3.5.6	A soberania dos veredictos na jurisprudência	390
	A) Apelação	390
	a.1) Possibilidade de revisão do mérito.....	390
	a.2) Inviabilidade sem contradição com as provas.....	391
	B) Pronúncia	392
	b.1) A dúvida favorece a remessa ao júri	392
	b.2) Excesso de linguagem.....	392
	C) Quesitação	393
	c.1) Previsão de quesito específico	393
	c.2) Desclassificação imprópria	393
	D) Recursos	393
	d.1) Limite na motivação	393
	d.2) Confronto com a <i>reformatio in pejus</i>	393
2.	Princípios implícitos	394
2.1	Concernentes à relação processual.....	394
2.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	394
2.1.1.1	Conceito e aplicabilidade	394
2.1.1.2	Exceções ao duplo grau de jurisdição.....	395
2.1.1.3	O duplo grau de jurisdição na jurisprudência	397
	A) Limites ao duplo grau	397
	a.1) Inviabilidade de existência de recurso inominado	397
	a.2) Inviabilidade da limitação ao recurso por meio da deserção	397
	a.3) Inviabilidade de avaliação de mérito em <i>habeas corpus</i>	399

B)	Exercício do duplo grau	399
b.1)	Não constitui medida procrastinatória	399
b.2)	Prevalência do interesse recursal em caso de conflito	399
b.3)	Garantia de intimação do réu e seu defensor	400
b.4)	Possibilidade de decretação da prisão cautelar	400
C)	Correlação com outros princípios	400
c.1)	Devido processo legal e motivação das decisões judiciais	400
c.2)	Soberania dos veredictos	400
D)	Supressão de instância	400
d.1)	Inocorrência na alteração da pena pelo tribunal	400
d.2)	Configuração em caso de adiamento da decisão pelo juiz	401
d.3)	Configuração em caso de afastamento da prescrição e ingresso no mérito	401
d.4)	Configuração em caso de aplicação de lei mais favorável em <i>habeas corpus</i>	401
d.5)	Configuração em caso de deficiência de análise do tema ou motivação do juiz se for suprida pelo tribunal	401
d.6)	Inocorrência em caso de condenação pelo tribunal após absolvição em primeiro grau	402
d.7)	Configuração em caso de pedido dúplice, sendo somente um apreciado pelo juiz	403
E)	Recurso no Júri	403
e.1)	Deficiência na interposição suprida pelo tribunal	403
e.2)	Inexistência do recurso de ofício	403
2.2	Concernentes à atuação do Estado	403
2.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial	403
2.2.1.1	Conceito e aplicação	403
2.2.1.2	Fundamento constitucional	404
2.2.1.3	O promotor natural na jurisprudência	405

A)	Previsão no ordenamento brasileiro	405
a.1)	Não consagração	405
a.2)	Consagração	406
B)	Atuação na fase investigatória	407
b.1)	Não indica suspeição para o processo	407
b.2)	Não exige promotor natural	407
b.3)	Participação ativa indevida	407
b.4)	Grupos especializados	408
C)	Competência por prerrogativa de foro	408
c.1)	Zelo pelo promotor natural	408
D)	Unidade e indivisibilidade do MP	408
d.1)	Possibilidade de substituição de promotor	408
d.2)	Possibilidade de atuação conjunta	409
2.2.2	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato	409
2.2.2.1	Conceito e mérito	409
2.2.2.2	Correlação com impunidade	410
2.2.2.3	A reabertura da persecução penal	411
2.2.2.3.1	A inconstitucionalidade do art. 414, parágrafo único, do CPP	412
2.2.2.4	O duplo processo na jurisprudência	412
A)	Reinício da persecução penal	412
a.1)	Fato novo	412

VI – SÍNTESE CONCLUSIVA DAS PROPOSTAS RELATIVAS À EXEGESE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS	413
1. Princípios regentes	413
2. Direitos e garantias humanas fundamentais	413
3. Legalidade	414
4. Anterioridade	414
5. Retroatividade	414
6. Humanidade	414
7. Responsabilidade pessoal	415
8. Individualização da pena e das medidas cautelares processuais penais	416
9. Intervenção mínima	416

10. Taxatividade.....	417
11. Proporcionalidade.....	417
12. Dupla punição pelo mesmo fato.....	418
13. Culpabilidade.....	419
14. Presunção de inocência.....	419
15. Ampla defesa.....	420
16. Plenitude de defesa.....	420
17. Contraditório.....	421
18. Juiz natural e imparcial.....	421
19. Publicidade.....	422
20. Provas ilícitas.....	422
21. Economia processual.....	423
22. Júri.....	423
23. Duplo grau de jurisdição.....	424
24. Promotor natural e imparcial.....	424
25. Duplo processo pelo mesmo fato.....	424
26. Primazia da Constituição Federal.....	425
VII – BIBLIOGRAFIA.....	427
ANEXOS	
QUADROS ESQUEMÁTICOS DO INTER-RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS	
1. Inter-relação entre os princípios constitucionais penais.....	436
2. Inter-relação entre os princípios constitucionais processuais penais.....	438
3. Inter-relação entre os princípios penais e processuais penais.....	440
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	443